



Onde está Amarildo? A foto de Alcyr Cavalcanti correu o mundo...

(Acervo do Autor, 2013)

A FAVELA DA ROCINHA E O NOVO TRATO DOS VIVENTES: O FOLHETIM

Luiz Carlos Toledo

&

Companheiros de Caminhada

Com luxuosa revisão de Andrea Toledo

Capítulo V

AGORA VAI?

Dedico **O Folhetim** aos jovens da Rocinha, favela esquecida pelos governantes, cuja criminosa omissão a transformou em uma das Cidades Invisíveis, criadas por Ítalo Calvino e por mim desenhadas na oficina de arteterapia do Hospital Sarah Rio, sob olhar atento de Aline.



FEDORA

DO NADA, SURGE UMA ESPERANÇA

Eu pretendia dedicar este quinto capítulo de *O Folhetim* às dez conversas - absolutamente imperdíveis - que tive sobre a Rocinha com moradores, ativistas, acadêmicos e profissionais de diversos campos, escolhidos a dedo em razão da importância de sua participação em coletivos, associações de moradores, universidades e outras instituições de dentro e de fora da favela.

Fui atropelado, contudo, pela notícia de que um novo PAC surgiria no horizonte da Rocinha, mais uma vez lançado com pompa e circunstância na quadra de sua Escola de Samba, desta vez pelo Prefeito Eduardo Paes!

Não tive alternativa senão adiar o resumo das entrevistas e dedicar o presente capítulo à nova oportunidade que o PAC Periferia Viva representa para a favela, buscando contribuir, dentro das minhas possibilidades, para que desta vez cada real de investimento na Rocinha seja realmente nela aplicado, ouvindo os moradores e em seu benefício.

Nesse sentido, parece-me importante lembrar os acertos e desacertos do PAC I e do PAC II, que deixaram uma série de obras inacabadas e outras que não saíram do papel. Começamos essa análise examinando as diferenças entre os contextos em que os programas foram e serão implantados. Vamos a elas:

CONTEXTOS DO PAC I E DO PAC II

Nos PACs I e II, o Governo do Estado, através da EMOP, com recursos do Governo Federal e próprios, comandava a implantação do PAC em três grandes favelas da cidade do Rio de Janeiro

(Rocinha, Alemão e Manguinhos), responsabilizando-se pela contratação e fiscalização dos projetos e das obras.

Os projetos do PAC I foram licitados através do Concurso Nacional de Ideias Para Urbanização da Rocinha, e as obras por licitação pública, sagrando-se vencedor nesta última um consórcio de empreiteiras.

Como a maioria dos leitores de O Folhetim já sabe, meu escritório, a Mayerhofer & Toledo, venceu o concurso de ideias, e fomos os responsáveis, com a colaboração de escritórios parceiros, pela elaboração do Plano Diretor e de todos os projetos de urbanismo, arquitetura e infraestrutura. No PAC I, a participação da Prefeitura limitou-se à análise e aprovação dos projetos de equipamentos urbanos e habitacionais, projetos esses que também se submeteram à aprovação da Caixa Econômica Federal.

Infelizmente, por mais que tentássemos atrair a Prefeitura, esta manteve-se afastada do processo de elaboração e implantação do PAC. A incompatibilidade política entre os governos municipal e estadual impediu que o Plano Diretor de Desenvolvimento Socioespacial da Rocinha fosse institucionalizado em um Plano de Estruturação Urbana - PEU, passo que teria sido importante para a continuidade das intervenções.

Muitos de vocês também sabem que o Plano Diretor foi imensamente prejudicado pela corrupção que grassou durante toda sua implantação, desviando os recursos que deveriam ter sido aplicados na favela, motivo da condenação de empreiteiras e do próprio Governador.

As relações nada republicanas, para dizer o menos, entre empreiteiras e o Governo do Estado contribuíram para que fossem ignoradas as intervenções prioritárias constantes do Plano Diretor, principalmente o saneamento básico, consubstanciado pela elaboração de um Plano Diretor de Resíduos Sólidos e por projetos básicos de abastecimento de água, esgotos sanitários e drenagem pluvial. Se esses projetos tivessem sido implantados, a qualidade de vida na favela seria outra.

Mas nem tudo foi perdido no PAC I: a decisão de criar um escritório na Rocinha para elaborar o Plano Diretor o mais perto possível dos moradores, facilitando a participação da população, mostrou-se acertada. Meus amigos PC, Edigler e Willian (então presidente da UPMMR) foram testemunhas da permanente escuta que mantivemos com os moradores, e posso afirmar que inúmeras ideias, hoje materializadas em importantes equipamentos urbanos e no alargamento da Rua 4, surgiram de discussões acaloradas que varavam a noite no escritório entre esses três personagens e nossa equipe - discussões que se estenderam aos sub-bairros, permitindo a feitura de um plano verdadeiramente participativo, onde a técnica em nenhum momento subestimou os saberes locais, transformando-os em sua espinha dorsal.

A compreensão da legitimidade das três associações de moradores existentes na época (AMABB, UPMMR e a do Laboriaux) para falarem pela Rocinha mostrou-se fundamental não só para sermos aceitos na favela, mas, principalmente, para possibilitar a construção de propostas que realmente atendessem aos maiores anseios da comunidade.

Do PAC II, pouco posso falar; eu já era considerado “persona non grata” pelo Governo do Estado, por minhas críticas à proposta estapafúrdia de construir um teleférico na Rocinha e por ter me insurgido contra a troca de um CIAS-Centro Integrado de Atendimento à Saúde, dotado de emergência, centro de imagem e clínicas especializadas, por uma simples UPA pré-fabricada.

Tudo que posso dizer sobre esse Programa é que não disse a que veio, deixando pouquíssimos vestígios na favela. Seu único mérito foi unir a Rocinha contra a construção do teleférico e pela implantação do saneamento básico.

CONTEXTO ATUAL

Existem várias e importantes diferenças entre o contexto em que o PAC Periferia Viva será implantado (ou não¹) e os contextos dos Programas de Aceleração anteriores. A maior delas, sem a menor dúvida, é a institucionalização da favela como parte integrante da cidade, a partir da promulgação, em 2025, da revisão do Plano Diretor Decenal da Cidade, sendo a Rocinha duplamente contemplada, na medida em que é citada nominalmente pelo fato de já ter um plano diretor próprio a ser implementado. Além disso, inspirado no Plano Diretor de Desenvolvimento Socioespacial da Rocinha elaborado em 2006/2007 no bojo do PAC I, as demais favelas da cidade deverão ter a partir de agora o seu próprio plano diretor de desenvolvimento.

Outra diferença contextual importante foi a saída do Governo do Estado do comando do PAC e a entrada, em seu lugar, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Esta não é uma simples troca, possuindo especial relevância na medida em que o Governo Municipal tem a atribuição constitucional de legislar sobre a ocupação e uso do solo. Tal fato possibilitará que o PAC Periferia Viva seja acompanhado por uma legislação urbanística que contemple as especificidades locais e estabeleça índices urbanísticos que - a médio e longo prazos - promovam profundas mudanças na estrutura urbana da Rocinha, combatendo a especulação imobiliária e a ocupação excessiva do solo, resultantes da ausência de qualquer tipo de planejamento, da falta de uma legislação adequada à realidade da favela e de uma efetiva fiscalização que garanta o cumprimento do novo marco legal.

Embora se afigure que o PAC Periferia Viva encontrará uma Prefeitura preparada para assumir o comando do programa, que certamente envolverá diversas secretarias e órgãos de sua estrutura funcional, dotada de excelentes quadros técnicos (alguns dos quais com grande experiência e atuação em territórios periféricos, adquirida com a criação e participação no Programa Favela Bairro, reconhecido mundialmente), não se pode ignorar que os problemas estruturais a serem enfrentados pelo governo municipal cresceram muito nas quase duas décadas que separam o atual programa do PAC I.

A Rocinha mudou substancialmente nesses vinte anos, e - impedida de crescer para os lados - verticalizou-se, processo acompanhado pelo estreitamento ainda maior das poucas vias carroçáveis, pela criação de becos ainda mais estreitos e insalubres e pela ocupação dos talvegues e encostas sujeitas a desmoronamentos. A questão do lixo tornou-se insustentável, a despeito do bom trabalho da COMLURB; o problema é que na Rocinha vivem muito mais pessoas do que a estatísticas oficiais publicam e, conseqüentemente, os serviços de retirada dos resíduos sólidos encontram-se subdimensionados.

Mas nem tudo está perdido: a população da Rocinha também mudou – nesse caso, para melhor -, fortalecendo-se na luta pela sobrevivência e escolarizando-se, e hoje milhares de moradores cursam o nível médio (muitos em escolas técnicas), o ensino superior e as pós-graduações. Mais do que nunca a população da Rocinha sabe o que quer e conhece seus direitos.

¹ Em ano eleitoral nem sempre vale o escrito, quanto mais o dito.

O trabalho dos CIEPs e demais escolas existentes na Rocinha e em seu entorno foram fundamentais para essa transformação, assim como a UFRJ e, principalmente, a PUC-Rio, que oferece centenas de bolsas de estudo para os jovens da favela. Em 2025 a PUC criou a UNIR (conhecida no “morrão” como Universidade da Rocinha), uma plataforma virtual fundamental não só para pesquisadores e instâncias públicas e privadas que venham a atuar na favela como, também, para todos que queiram conhecer a Rocinha em seus múltiplos aspectos.

Um ponto que, por um lado, gera uma certa preocupação e, por outro, acena como uma enorme oportunidade, é o fato de estarmos em um ano eleitoral, onde - como bem lembrado no pé de página - *“nem sempre vale o escrito, quanto mais o dito”*.

É muito cedo para se saber qual a influência que as eleições terão sobre a implantação do PAC Periferia Viva. O programa acabou de ser lançado na quadra da Escola de Samba Acadêmicos da Rocinha pelo prefeito Eduardo Paes, num clima eminentemente eleitoral. Na festa, que acompanhei pela imprensa e pelos posts de membros da UPMMR, da RSF e da APER, chamaram-me a atenção dois pontos: o primeiro foi a passagem do bastão para o vice-prefeito Eduardo Cavaliere, que assumirá a prefeitura em março deste ano, em função da desincompatibilização de Eduardo Paes, candidato ao Governo do Estado. Desse modo, o grande responsável pelo novo PAC, nos próximos dois anos, será o Prefeito Eduardo Cavaliere.

O segundo ponto foi a importância dada por ambos à participação dos moradores, aparecendo sempre rodeados pela diretoria da UPMMR e por outras lideranças da Rocinha - o que deixa, por um lado, a esperança de que os moradores serão ouvidos, e, por outro, a enorme responsabilidade que a associação de moradores terá daqui para adiante.

Os detalhes do PAC Periferia Viva ainda não são conhecidos – afinal, o programa acabou de ser lançado -, mas alguma coisa já pode ser adiantada. Em primeiro lugar, sabe-se que, em linhas gerais, o Plano Diretor da Rocinha será respeitado. Também se sabe que, para a definição dos projetos a serem implantados, será feito um Plano de Ação com ampla participação dos moradores. Além disso, também existe um certo consenso, tanto pela prefeitura como por grande parte dos moradores, de que o PAC Periferia Viva deverá ter como prioridades o saneamento básico (em especial resolver definitivamente a questão do lixo), a oferta de habitação de qualidade e a requalificação da estrutura viária da favela.

E AGORA VAI?

É no mínimo uma temeridade fazer previsões em um país como o Brasil, em que “até o passado é incerto”, segundo o saudoso Arnaldo Jabour, mas mesmo assim vou me arriscar por uma boa causa. A meu juízo, a conjuntura atual permite explorar alguns cenários favoráveis à Rocinha e aos seus moradores. Sempre existirão, entretanto, cenários menos favoráveis, semelhantes aos que emolduraram o relativo fracasso de outras intervenções do Governo do Estado na favela.

Sabemos que, pelo menos desde o PROSANEAR (1994), passando pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Socioespacial da Rocinha (2006/2007) e pelo Comunidade Cidade (20019/20021), a **falta de continuidade** pode ser apontada como uma das maiores causas do fracasso parcial dessas intervenções. Também sabemos que, dependendo do resultado das próximas eleições, os investimentos direcionados à Rocinha poderão ter continuidade ou serem, mais uma vez, interrompidos.

Mas o que temos de efetivo para o momento é o lançamento do PAC Periferia Viva, e o que nos resta é nos atermos a ele, lutando pela sua implementação, em princípio, nos dois anos da administração Eduardo Cavaliere, prestes a se iniciar. Sabemos, entretanto, que o tempo será curto para o trabalho a realizar: o Plano de Ação que será construído com a participação dos moradores levará algum tempo para definir as prioridades de investimento, e muitos projetos terão de ser elaborados, alguns de alta complexidade, como os de infraestrutura e os habitacionais. Só então as obras deverão ser iniciadas, correndo-se o risco, portanto, de que se estendam pela administração seguinte.

Portanto, o papel da sociedade organizada da Rocinha, tendo à frente a UPMMR, é imenso e será crucial para garantir a continuidade do PAC Periferia Viva, independentemente das mudanças das administrações, nesse sentido caberá à associação de moradores promover a união dos coletivos e lideranças da comunidade em torno desse propósito. Quem sabe assim daqui a alguns anos poderemos dizer orgulhosos: Desta vez foi!